

# O DESENVOLVIMENTO URBANO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO

Eliana Klarmann Porto

Aos 40 anos de idade, podemos afirmar que Brasília cumpriu seu papel de pólo indutor de desenvolvimento e ocupação da área central do país, consolidando-se como sua capital.

Considerando o seu pouco tempo de existência, apresenta de forma bastante latente o anseio de se expandir, de ocupar as áreas originalmente previstas e de adequar o uso e ocupação às atuais demandas da sua população. No documento *Brasília Revisitada*, elaborado em 1987, o professor Lúcio Costa já registrava: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original? De outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem? É esse o desafio que se apresenta até hoje! A inscrição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade e o tombamento federal, preservando o seu conjunto urbanístico, vieram reconhecer o valor histórico da cidade, o que muito nos orgulha.

Nesse sentido, as questões inerentes ao conjunto urbanístico tombado têm sido tratadas por este IPDF, ao longo dos anos, com especial atenção e cuidado técnico. Nossas ações têm se pautado no cumprimento às diretrizes do atual Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal que, ratificando o Plano Diretor de 1992, estabelece o deslocamento do dinamismo econômico e do crescimento urbano para a região sudoeste do Distrito Federal.

Determina, assim, a descentralização das oportunidades de desenvolvimento das atividades econômi-

cas, reforçando a autonomia de cada cidade do Distrito Federal, de maneira a preservar e valorizar Brasília como capital da República e Patrimônio Cultural da Humanidade. Tal diretriz acarretou, inclusive, a definição de uma nova centralidade, ou seja, de um segundo centro urbano na confluência das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, que objetiva equilibrar e compartilhar com o Plano Piloto suas funções de centralidade regional. Deve ser ressaltada, porém, a situação atípica de Brasília que, de maneira completamente diversa da maioria das cidades que são tombadas objetivando resguardar o registro da história passada, foi tombada ainda bastante jovem, sem estar completamente constituída. Dessa forma, a existência de setores não ocupados e áreas a serem implantadas ensejam que o tombamento de Brasília seja tratado de maneira diferenciada.

Entendemos que é preciso adaptar as atuais diretrizes de uso e ocupação à dinâmica da cidade, sem esquecer, porém, nossa responsabilidade com a proteção do que se encontra tombado. Para tanto, nossas ações estão pautadas em estudos técnicos, que consideram o respeito à legislação vigente, a experiência no trato com a questão urbana e que se apresentam sensíveis às reais necessidades da cidade e sua população. Nesse sentido, o IPDF realizou em 1999 um diagnóstico da área do Plano Piloto de Brasília, detectando demandas e pontos de conflito. No momento, está iniciando a definição da metodolo-

gia a ser adotada na elaboração do Plano Diretor Local de Brasília, tendo em vista suas particularidades, sendo proposta que a área de estudo englobe também o Cruzeiro, o Lago Sul e o Lago Norte. Esse estudo será realizado por equipe que envolve técnicos do IPDF em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), órgãos responsáveis pela proteção do conjunto urbanístico tombado, bem como pela preservação do meio ambiente e recursos hídricos e administrações regionais envolvidas. Posteriormente, na fase de elaboração do Plano Diretor Local, propriamente dito, a população será convidada a participar das discussões. Em que pese toda a polêmica que atualmente envolve o tombamento, registramos nossa defesa quanto à preservação de Brasília e suas características originais, que a caracterizam como referência nacional e internacional e um dos mais importantes exemplos da arquitetura e do urbanismo do século XX. Ressaltamos, porém, que o tombamento exige a definição de responsabilidades tanto do Poder Público quanto da população, para a adoção de medidas concretas visando à conservação do bem, já que, como esclarece o professor Adilson de Abreu Dallari, a simples declaração de tombamento não realiza o milagre da imutabilidade...

■ Arquiteta, Diretora Presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal — IPDF